

procedimentos oriundos de feixes teóricos da Análise do Discurso, da Teoria Crítica, Teoria da Argumentação e Análise Crítica do Discurso.

Atendendo ao objecto de estudo, a abordagem transdisciplinar afigura-se de recurso obrigatório, mobilizando-se saberes das áreas da Ciência Política, da História, da História das Ideias, da Economia ou da Sociologia. Realiza-se desta forma uma transversalidade que, a nosso ver, percorre a substância das Ciências da Comunicação, aqui entendida comunicação como cerne cultural por que se dizem as nossas sociedades.

2. Pluridisciplinaridade e polémica

No que diz, pois, respeito à tese aqui em alusão, a proposta é entrar pelos densos territórios das construções alternativas (?) da nossa modernidade tal como no-las propuseram, digamos, os últimos 150-200 anos. O mais árduo e também o mais estimulante repto lançado pelo que acaba de ser dito consiste na imensidão de saberes a mobilizar para dar cabimento à tarefa.

Muito sinteticamente, Martins (1990:40) conta-nos que “existe de há duzentos anos para cá um sistema complexo para produzir discursos de verdade na política: um dispositivo de larga amplitude histórica, uma vez que imbrica a velha injunção da aliança com os métodos de representação soberana do povo. Por outro lado, este novo dispositivo dá conta do processo pelo qual a burguesia se tornou, no decorrer do século XVIII, a classe politicamente dominante. Através dele pôde aparecer a democracia como a verdade da política”. Com a mesma inspirada economia de meios, podemos seguir o fio cronológico desta história, quando Melossi (1997: 55,56) coloca o problema nos seguintes termos: “o fascismo, o comunismo e a democracia de massas competiram pela supremacia ao longo do século XX. Num certo sentido, competiram no mesmo terreno, uma vez que eram sociedades de massas que tentavam resolver o problema da irrupção das massas na cena política. A ‘Democracia’ acabou por revelar-se superior, por se mostrar capaz de fornecer o grau mais elevado de mobilização, do ponto de vista das elites, e o grau mais elevado de liberdade, do ponto de vista do indivíduo no seio da massa”. Melossi (op. cit.: 58) cita ainda o Durkheim da *Physique des mœurs et du droit*¹, para explicar melhor o seu ponto de vista, relatando como o velho *maître* descobrira já nas suas lições de Bordéus que “o Estado democrático é efectivamente muito mais forte do que o autoritário porque é um Estado capaz de ‘organizar’ e, conseqüentemente, dirigir e orientar —ou seja, ‘racionalizar’— a opinião”. Daí resultando, a situação ideal da ‘dominação suave’ na qual “toda a gente partilha pensamentos similares não porque cada um seja coagido ou mesmo abertamente pressionado, mas por cada um assim ‘escolher’ —por não haver discrepância entre o desejo do governante e o desejo do governado” (idem, *ibid.*).

A produtividade destes parágrafos é inegável, apesar de carecerem de desenvolvimentos, como é evidente —dada até a forma sintética e de passagem com que os seus autores tocaram o tema, à luz dos trabalhos outros de cuja foice vinham a talho—. Mas eles tocam certamente o coração do debate que mobiliza uma plêiade de autores que à esquerda e à direita, no sentido convencional, comum, destas expressões, observaram como “capitalismo” e “comunismo”, “liberalismo” e “marxismo” correspondem a uma mesma e grande série política. Porque, sustentam basicamente, as premissas da respectiva oposição não conseguem modificar as contingências da sua idêntica posição. Podemos olhar o assunto como uma sub-equação da preocupação filosófica e do pensamento que consiste em indagar o problema de não conseguirmos desejar o que não conhecemos. O pensamento tem uma historicidade que o determina a ele, às suas circunstâncias e à evolução destas, único factor que, paradoxalmente pode levá-las a evoluir. Em “Herança e Revolução”, Castoriadis chama a isto “o círculo da criação histórica”, salientando como ele é não é

¹ Ver especialmente lições 4 a 9 sobre a moral cívica, o indivíduo e o Estado, formas do Estado e a Democracia.

fechado.

Destes três parágrafos resultam de imediato dois grandes feixes problemáticos. Um primeiro que remete para os saberes próprios da História e um segundo que deve relevar as subtis matizações da Ciência e da Filosofia Política. Porque, grosseira mas comumente, esta História costuma ser-nos contada como mais um desses jogos de heróis e vilões com que se entretêm as sociedades.

Por outras palavras, de um lado, a linha oficial proclama que o socialismo foi a experiência má de uma ideia boa. Enquanto do outro lado, a crónica reza que o capitalismo liberal é a menos má das experiências realizadas com a melhor ideia política que a Humanidade jamais poderá gerar. Argumentações não apenas passíveis mas merecedoras da crítica a que têm sido sujeitas e de que nos cumprirá, em sede de tese, dar conta na medida apropriada.

3. Os labirintos da ideologia

Muitos anos depois de se retirar da direcção do PCP, numa das suas derradeiras e pouco conhecidas intervenções políticas, uma conferência que proferiu em Montevideo, em Setembro de 2001, Álvaro Cunhal (2001:2,3) declarava ser “uma verdade elementar que a derrocada da União Soviética e de outros países socialistas resultou de uma série de circunstâncias”, que subordinava ao “facto” de “na construção da nova sociedade”, se ter verificado “um afastamento dos ideais e princípios do comunismo, a progressiva degradação da política do Estado e do partido, em resumo, a criação de um modelo que, com a traição de Gorbachov, conduziu à derrota e à derrocada”. Neste trecho, independentemente da profundidade da distorção que imputa ao “modelo” criado e que Cunhal traduzia “num poder fortemente centralizado e burocratizado, numa concepção administrativa de decisões políticas, na intolerância”, a sua análise deixa todavia supor que a irrecuperabilidade do sistema residiu, apesar e acima de tudo, na “traição de Gorbachov”. Os factos impõem, por isso, “aos partidos comunistas a necessidade de uma redefinição da sociedade socialista seu objectivo e um dos elementos básicos da sua identidade”.

Por seu lado, num artigo de avaliação dos resultados da Guerra Fria, Brzezinski, 1992), o antigo arquitecto da estratégia presidencial de James Cárter, situa a questão mais no plano de uma *real politik* que de uma disputa ideológica pura. No seu escrito, Brzezinski considera Gorbachov “o grande homem dos cálculos errados”. E enfatizando o carácter “trágico” da sua figura política, lembra como o último dirigente soviético foi “elogiado, adulado, inclusivamente subornado pelo Ocidente, e nas suas fases finais manipulado com agudeza e pessoalmente pelo presidente Bush e pelo chanceler alemão Helmut Kohl”.

Ora na disputa ideológica, estes aspectos de bastidor da política internacional são frequentemente diluídos. Aquilo que a linha de fractura das retóricas ideológicas estabelece é, de resto, o inverso. Em larga medida, o discurso da dissidência comunista que veio a público, com as respectivas graduações, não se estrutura em torno da pressão no jogo de forças internacional sobre a URSS e a sua constelação, como nem mesmo aceita a tese da má prática de uma boa ideia. O problema tende a ser situado por este discurso de dissídio em torno do argumento segundo o qual o ponto estava exactamente na falta de qualidade da ideia.

Uma linha com uma importante extensão entre nós: o PCP, por via da sua ortodoxia, era incapaz de se reformar, na esteira do sucedido com alguns outros partidos congéneres, e da própria ‘traição’ gorbachoviana. Na mais recente produção de literatura de dissidência do PCP, as memórias de Zita Seabra, é citado Veiga de Oliveira para quem “o comunismo foi o maior embuste do século XX”. E, a fechar o livro, apesar da aparente contradição com as confissões de ignorância própria, escreve a autora: “os comunistas portugueses sempre souberam de tudo. Nunca disseram uma palavra sobre as vítimas do comunismo, como se não existissem” (para todos, ver Seabra 2007: 430

e 437). Esta é uma linha argumentativa muito forte, porque permite verter o gulag, os crimes e as vítimas do Leste directamente sobre o partido português. Em termos de hipóteses secundárias, admitimos, aliás, que ela se revele como um dos tópicos argumentativos da cobertura do PCP pela imprensa em análise.

Noutro registo, extensão e profundidade emerge a crítica anarquista de um Chomsky (1989:45), por exemplo, que ao referir-se aos Estados Unidos e à URSS, enquanto uma sorte de simetria entre Estado Capitalista e Capitalismo de Estado, salienta que “quando os dois maiores sistemas mundiais de propaganda concordam, torna-se inusualmente difícil para o indivíduo escapar aos seus tentáculos. O dano causado à liberdade e à democracia no mundo foi imenso” ao longo de todo o século XX.

Internamente dilacerado, como sempre, o trotskismo, hoje circunscrito à memória poética dos escritos do seu herói trágico, diluído em transitórias hipóteses de alianças pouco ou nada revolucionárias, cairia na mesma alçada da crítica de Chomsky que, de resto, visava todo o bolchevismo de 17 e 18, com a sua extinção dos dispositivos de participação política das massas e de controlo operário. Mas, a marcha do século haveria de revelar sérias aproximações práticas ao que teórica e retoricamente continuava a projectar-se como irreductíveis opostos. Na União Soviética “em 1965, para suscitar a iniciativa das empresas e estimular a sua actividade voltou a reabilitar-se o lucro [...] a introdução de técnicas de gestão importadas dos Estados Unidos são mais um aspecto do paralelismo da evolução”, como reconheciam, embora discordando da tese da convergência, Egnell e Peissik, (1975 [1974]:271).

Finalmente, contornando por completo todo o conflito sino-soviético e os debates sobre a “transição pacífica para o socialismo”, e para não alongarmos as notas de demonstração deste ponto, restará recordar a violenta crítica às teses anarquistas dirigidas por Barber (1972 [1971]:13-34) no capítulo que intitulou significativamente *Poetry and Revolution: The Anarchist is a reactionary*. “Os anarquistas nunca conciliaram satisfatoriamente as suas múltiplas e disparatadas visões do homem e da sociedade [...] com os requisitos efectivos de uma actividade revolucionária bem sucedida”. E, citando Andrew Hacker, “muito claramente os anarquistas querem ter tudo ao mesmo tempo. A pureza da utopia e o impacto da revolução” (in Barber, op. cit.14).

4. O impossível ‘algoritmo ideológico’

A tentação de encontrar um ‘algoritmo ideológico’ que nos permitisse solucionar, numa árvore ordenada de soluções, a complexíssima matemática dos jogos intra-ideológicos, é tão impossível quanto sedutora, convenhamos. Até porque, se toda a história do movimento comunista e socialista é a crónica de uma inextinguível e virtualmente extenuante polémica, a ideia comunista (para não carregarmos este breve texto com o peso da palavra ‘utopia’) a ideia comunista nos seus diversos matizes, dizíamos, tinha, ainda assim, a oposição externa a que atender. Falamos, naturalmente, da ideia liberal, por seu lado, ela própria declinada em infinitos matizes e geradora de intensos debates.

Para além dos seus textos-fonte clássicos da modernidade, desde a ideia de Estado em Hobbes e Hegel, de contrato em Rousseau, do liberalismo em Locke, da representação e do mercado em Mill ou da democracia em Tocqueville, também a viagem da democracia liberal rumo à sua formulação enquanto ideia, e materialização enquanto prática, é um percurso incerto e bem mais áspero do que a sua narrativa orgânica gosta de deixar sugerido.

Melossi (1997:56-57) no plano do “controlo social”, e Hobsbawm (1990 [1987]: 114 e segs.) no registo da História política, demonstram abundantemente a dura e violenta rugosidade da emergência democrática na viragem do século. O temor da “*multidão*”, ou a resistência dos poderes dominantes à ideia da extensão universal do voto censitário, no quadro de uma tentativa de controlar a irrupção das massas na vida política, expõem de modo flagrante a fractura interna na litanias de uma

“democracia natural”, branca e limpa de que seríamos hoje os seráficos herdeiros. Ora, o problema que então se punha não era outro senão o de saber o seguinte: “conseguiriam os Estados e as classes dirigentes encontrar uma nova legitimidade na mente das classes democraticamente mobilizadas? Grande parte da história do nosso período consistiu em tentativas de resposta a esta pergunta”, observa o historiador britânico (op. cit.: 136). Grande parte da nossa História e da nossa vida nisso continua a consistir.

Não que falte mérito a propostas como as de Bronowski e Mazlish (1988 [1960: 508-511]) sobre as duas grandes “ideias enformadoras” que constituirão o núcleo da “tradição intelectual do ocidente” a saber, “a auto-realização do homem [e] a ideia de liberdade [...] de julgar, criticar” i.e., o direito estruturante de “dissensão fundamentada” ou “equilíbrio entre poder e contestação”. Mas o problema é de concretização. Como articular a prática “ímpia e detestável” da “tirania da maioria” enquanto exceção passível de ocorrer, com a regra inevitável de que o poder da maioria “de princípio tem de usar da coacção para ser obedecido” antes que os cidadãos comecem a respeitá-lo, o que só acontece depois de “terem vivido durante muito tempo sob as suas leis” (Tocqueville, 1972, [1835-1840].167 e segs.). E sobretudo, como articular “a fraqueza de garantias contra a tirania” (idem: 170) com um programa intelectual e filosófico para o sistema baseado na impecabilidade da ideia de um Rawls (p.ex.. 1998 [1996]:124 e segs.) assente no “razoável” e no “racional” associando o primeiro à “capacidade para um sentido da justiça” e o segundo à capacidade para “uma concepção do bem”?

Furet (2006:4) sublinha mesmo que a promessa da “boa sociedade” já não estará disponível na utopia revolucionária nem “nos textos sagrados” da teologia do liberalismo político. A existir, sustenta o autor de *Passé d'une Illusion*, e discípulo de Aron, ela deve, bem ao invés, ser procurada nessa sorte de remissão à prática que é “o curso da História”. E aí as dificuldades não diminuem. A viragem do século XX para o XXI não propiciou melhores respostas práticas ao assunto do que a sua antecessora. A crítica social-democrata, historicamente derivada do que foi a Internacional reformista de Kautsky e Bernstein, instalada no poder em alternância com os chamados “conservadores” do pós-guerra em diante, ameaça fracturar também essa área política, estruturada em torno dos partidos da Internacional Socialista, da qual se assumem como uma “via de esquerda” e criticam duramente o programa da política neo-liberal, em nome da política social.

Apesar de tudo um desfecho não de todo imprevisível, se seguirmos já não as observações menos optimistas de Tocqueville, mas as análises mais pragmáticas e recentes de Huntington (1975:113-115) quando alertou para os “perigos do excesso de democracia”. Por reear “a sobrecarga do sistema político com exigências que ultrapassam as suas funções e minam a sua autoridade”, dado o ingresso na vida política de “grupos sociais marginais como os negros”, o autor recorda a velha sugestão dos “filósofos gregos” para os quais “o melhor Estado prático combinaria diversos princípios de governo sob a sua Constituição”. Por um lado, “as áreas onde os procedimentos democráticos se revelam apropriados são limitadas” teoriza-se. E, em segundo lugar, “a operatividade regular do sistema democrático requer algum nível de apatia e não envolvimento da parte de alguns indivíduos e grupos [...] Em si, a marginalização de parte de alguns grupos é inerentemente não-democrática, mas ela foi também um dos factores que habilitou a democracia a funcionar efectivamente”. Esta ideia de uma selectividade das práticas democráticas, “less democracy”, exprime-se melhor quando o futuro teórico do choque civilizacional observar que a autoridade política se torna “singularmente fraca em períodos de credo apaixonado e envolvimento intenso com ideais igualitaristas e democráticos”. Assim, concluía, para salvar a democracia de si própria: “Acabámos por reconhecer que existem limites desejáveis para o crescimento económico. Também há limites desejáveis para a extensão da democracia política”.

A isto chamou Sader (sd) “o capitalismo contra a democracia” e Boaventura Sousa Santos

(1998), “fascismo societal”, enquanto Bragança de Miranda (1997:24), por seu lado, pensa o problema do “liberalismo histórico” nos termos da “institucionalização de uma ordem de que só sairemos por catástrofe”.

5. Da política densa...

Mais do que no eixo longitudinal e ideológico Leste-Oeste, encontraremos por certo com maior densidade humana a tragédia do século na oposição latitudinal entre um norte que comanda e enriquece, distribuindo melhor ou pior a sua prosperidade, e um sul que morre, todos os dias, literalmente, de fome. Mas, porque às estruturas se somam as dinâmicas é que a fertilidade da fórmula de Bragança de Miranda se manifesta mais pujantemente ainda do que na sua explicitude, na inferência que nos sugere acerca da catástrofe que representa não a saída de, mas a permanência em tal ordem.

Por outras palavras, não foi a utopia comunista a única a tombar às mãos dos anos 1900. Na sua já indisfarçável brutalidade, os tempos que correm não nos dispensam de indagar o sucedido à promessa liberal. Escrevendo no imediato pós-guerra, Merleau-Ponty descrevia, no seu premonitório *Humanisme et terreur. Essais sur le problème communiste*, de 1947, uma situação “insolúvel”. Na qual, simultaneamente, “não se pode ser anticomunista, não se pode ser comunista”. No prefácio da obra, ao responder às críticas comunistas e anticomunistas que os escritos publicados em “Les Temps Modernes” tinham desencadeado, Merleau-Ponty coloca “a questão comunista”, bem para lá dela própria, no lugar que entendia pertencer-lhe: o da “substância humana”. Em concreto –aponta para “conhecer e julgar uma sociedade é necessário chegar à sua essência profunda; a substância humana da qual é feita e que depende, sem dúvida, das relações jurídicas, como também das formas do trabalho, da maneira de amar, de viver e morrer”.

O problema central na abordagem ao comunismo e da sua concreta materialização então conhecida, a URSS da revolução de 17 e de Estaline, consistirá na definição apropriada das fronteiras para um debate onde “toda a discussão que se coloca dentro da perspectiva liberal escapa ao problema”. Porque a crítica marxista das ideias liberais “é tão forte”, precisa Merleau-Ponty, a discussão “não consiste em reindagar se o comunismo respeita as regras do pensamento liberal, é evidente que não o faz, mas se a violência que exerce é revolucionária e capaz de criar, entre os homens, relações humanas [...] está neste caminho? [...] O comunismo é igual às suas intenções humanistas? Eis a verdadeira questão”.

Por outras palavras, e como Samuel Huntington provavelmente não contestaria, porque um “regime nominalmente liberal pode ser realmente opressivo” e um “regime que assume a violência poderia conter um humanismo autêntico”, aclara o filósofo francês que nenhuma discussão séria “utilizará os valores liberais para esmagar o comunismo”, mas antes “procurará saber se ele está em condições de resolver o problema que soube apresentar”.

Claro que discutir nos termos da sua idealidade os grandes problemas e as (ainda que falhadas) grandes soluções políticas da modernidade é debater o político na sua forma “forte”, isto é “uma actividade colectiva, reflectida e lúcida, que visa a instituição global da sociedade” (Castoriadis, 2000 [1999]123-137). Da mesma maneira que discutir o assunto nos termos da sua historicidade é colocá-lo na sua dimensão de História “densa”, i.e., enquanto fase de aproximação entre “projecto político radical” de transformação e “realidade social”. A questão central da revolução, se quisermos, colocada em termos alternativos aos de Lenine para quem esta seria a conquista do Estado, e que aqui passa a ser a instituição da sociedade.

Questão que, prossegue Castoriadis, “foi pela primeira vez colocada de forma aberta por Platão. Sendo os homens o que são, ou seja, para Platão, seres total e irremediavelmente corrompidos, como operar as alterações desejadas e, em particular, quem se encarregará de o fazer?”

A resposta de Platão na *República* é bem conhecida: os filósofos devem tornar-se reis, ou os reis filósofos. O próprio Platão considera ambas as eventualidades muito improváveis. [...] Contudo, o diagnóstico era adequado e a sua formulação manteve-se no geral a mesma no decurso dos dois milénios seguintes. Como mudar a sociedade, quando tanto os actores como os instrumentos da mudança são indivíduos vivos, nos quais encarna precisamente aquilo que tem de ser mudado? [...] Trata-se claramente de um círculo, mas que não é «vicioso», porque é o círculo da criação histórica. Foram os *politai* gregos que criaram a *polis* ou foi a *polis* que criou os *politai*? Esta questão é absurda, precisamente porque a *polis* só pode ter sido criada por acção de seres humanos que estavam, por essa mesma razão, em vias de se transformarem em *politai*. [...] A história humana é criação. Uma vez realizada, é possível elucidar esta criação em algumas das suas características gerais, ou nos seus conteúdos concretos. Mas não podemos «explicá-la» nem «prevê-la», porque ela não é determinada; é determinante”. “A história humana é criação”, portanto. O que remete, nos mesmos termos de Castoriadis, qualquer formulação heterónoma a respeito das coisas do sociais do Humano, para o lugar pouco cómodo de um elemento da retórica subliminar de todos os regimes de dominação.

6. ... ao infra-poder

Todas estas reflexões ganham, para o nosso projecto, uma importância nodal. No seu essencial porque funcionam enquanto alternativa à tendência muito frequente de deslocar para o terreno axiológico um debate que pertence ao propriamente político. À implícita trincheira crítica da moral liberal em torno da democracia e da liberdade, o comunismo opõe a trincheira, igualmente moral, da justiça e da igualdade. Fazendo-o num registo, de resto, tão explícito e até comparativo quanto o enunciado por Álvaro Cunhal (1985: 193): "os comunistas não têm só objectivos políticos e sociais, não só têm uma ideologia e um ideal de transformação da sociedade, como têm também uma moral própria, diferente da moral burguesa e superior a ela".

Enquanto projecto científico, a investigação que aqui se propõe deverá, portanto, e antes do mais, identificar este tipo de obstáculo heurístico e epistemológico que um objecto tão total do ponto de vista da sua essencialidade humana quanto do seu cadastro histórico, não deixaria nunca de levantar. De resto, uma boa parte da nossa tarefa consistirá em apurar a medida em que as linhas de força dos enunciados axiológicos acima descritos contaminaram a produção discursiva do campo mediático, nos limites em que aqui precisaremos a sua indagação, transformando o discurso jornalístico num subproduto axiológico e axiomático do debate mais geral que percorreu todo o século XX e ainda prossegue vigente.

Uma primeira grande questão, portanto, emerge do até aqui exposto e consiste em tentar avaliar a medida em que os media, no universo geográfico, temporal e jornalístico por nós considerado, construíram, ou não, acerca do problema comunista em geral e da sua expressão local, o PCP, um discurso ideológico e de natureza moral? Os trabalhos que até aqui desenvolvemos não são suficientes para invalidar a produtividade heurística da hipótese geral que, a este respeito, começámos por formular nos seguintes termos: "Os media parecem ter adoptado em relação ao PCP as grandes coordenadas subjacentes ao paradigma discursivo e moral liberal, construindo uma narrativa enviesada e que distorce mais do que a imagem do partido, o próprio estatuto formal do campo jornalístico, da sua deontologia e da representação social que busca, enquanto instância de mediação e equilíbrio".

Por outras palavras, que imagem devolve à imprensa portuguesa o “espelho comunista” caso ela nele decida mirar-se? A reflexão partidária cumpre o seu papel e não deixa dúvidas: Na resoluções congressionais de 2004, lá podíamos ler acerca das “gritantes discriminações contra o PCP” para além da alusão crítica do partido aos "valores e critérios dominantes nos media e na vida

política que veiculam a superficialidade, o conformismo, as viciadas generalizações...”. O campo mediático reage, acusando o PCP de clausura, auto-exclusão e escassa convertibilidade democrática, de uma sorte de soviétismo tresnoitado que resiste ao real para prosseguir vivendo num mundo fantasmagórico e ultrapassado.

Será, porém, que ao entrar nesse jogo (ou ao abri-lo, segundo o ponto de vista) a nossa imprensa e, entre essa, a de “referência dominante” na acepção que encontramos em Figueiras (2002: 809)², infringiu o paradigma ético-deontológico convencional cujas linhas de força teóricas o jornalismo e os jornalistas portugueses verteram para os seus documentos normativos (Estatuto, Regulamento da Carteira, Código Deontológico)?

Não nos iludamos, porém. Sendo esta uma tese em Ciências da Comunicação, a percepção que crescentemente temos vindo a desenvolver, em alguma medida em linha de divergência com os enunciados preliminares do projecto de investigação, é a de que temos de estar a trabalhar muito mais do que o discurso e, especificamente, muito mais do que o discurso dos media. Este é, para nós, um subproduto do debate enunciado por Merleau-Ponty há meio século. Integra-o, tal como os seus agentes. A discussão está menos nos lances do que nas regras deste jogo jornalístico-político. Em última análise este só se torna inteligível se pensado em termos “instituintes” de um “infra-poder radical sempre implícito”, capaz inclusive de determinar numa medida essencial a existência de cada um, até ao ponto “daquilo que o fará viver e aceitar (ou não) morrer” Castoriadis (1998 [1996]: 257-258).

Cabe então identificar — porque de identidade se trata, em nosso entender— e essa é outra linha da investigação, que instituição foi essa, que recebeu o predicado de *normalização política* primeiro, após Novembro de 1975 e a substância de “adesão europeia” em seguida, do início dos 80 em diante, varrendo do horizonte do estimável tudo quanto se lhe opusesse?

Identidade, portanto. Diz-nos Moisés Martins (1996:24) a esse respeito, e retrabalhando Oriol, que “a força significativa da palavra institucional [...] torna possível [que] pelo mecanismo da interiorização qualquer dimensão objectiva da identidade pode ser interiorizada e desse modo significar a identidade subjectiva [e que] pelo mecanismo da objectivação, qualquer expressão subjectiva (discurso, mentalidade, prática cultural) pode ser objectivada e nesse sentido atestar a existência do grupo”. E, mais adiante (pg.25) lembra-nos que “a organização durável das representações e das práticas de um grupo só pode ser feita no interior de um espaço simbólico, que constitui um campo de oposições semânticas [...] a questão da identidade é, na verdade, a relação do mesmo e do outro”. E o espaço simbólico em que esta se joga “ainda que conflitual ou dilemático [...] é também um mediador de conflitos, o regulador último das tensões sociais provocadas pela complexidade dos interesses em jogo” (idem, *ibid*).

7. A ideia-chave de ‘normalização’

Ora, o sobressalto em apreço na nossa História recente, visto pelo lado kunderiano de uma certa ironia, não deixaria de nos suscitar a ideia de que, a partir de determinada altura, no Portugal pós-Novembro, foi como se cada um tivesse descoberto com surpresa e sem agrado que afinal iríamos ter de caber todos dentro desse espaço político e simbólico que estava instituído. O Processo Revolucionário em Curso dera lugar ao Processo Revolucionário em Causa e, na linha três décadas

² “A definição de imprensa de referência é feita tendo em conta o público a que se dirige, o conteúdo que publica e o formato que possui [...] tem como público alvo a opinião pública dirigente (por referência aos diversos campos do poder político, económico, social, cultural), centra-se na política nacional e internacional, na economia e na cultura privilegiando a sobriedade e a reflexão na abordagem dos temas. Dentro da imprensa de referência existe ainda a dominante, que tem a capacidade de conduzir as agendas políticas e as agendas dos outros media”

mais tardia de António Costa Pinto, ainda haveria de dar lugar ao Processo Evolucionário sem mais³.

No que a nós cumpre discutir, trata-se de definir satisfatoriamente, em sede de dissertação, o conceito de “normalização”, quer no seu feixe conceptual geral, quer na sua aplicabilidade local ao nosso objecto. Neste segundo âmbito, pensamos poder estender o conceito ao espectro apropriado de recondução do corpo social, de redireccionamento dos padrões de comportamento expectável, de redefinição das hierarquias que provisoriamente tinham aparecido em estado de confusão, de reorganização da vida colectiva e das suas formas de homologação. Queremos através desse conceito fazer falar toda uma profunda inflexão do jogo social e do jogo do poder. Uma viragem que se fez pela força militar, a 25 de Novembro de 1975, mas não só, nem mesmo principalmente. Não designamos, aqui, por “normalização” nenhum fenómeno da natureza pura das armas, (embora estas tenham, também, existido), mas sim um conjunto, uma série que se fecha para dar lugar a outra que se abre e que é portadora de uma padronização diversa dos comportamentos e dos valores dados como legítimos. Falamos, com “normalização”, em algo mais do que a simples denotação da fala dos militares “de Novembro”. Designamos dessa forma uma operação de recodificação social que se traduziu na interiorização pelos indivíduos de uma diferente gestualidade social maquínica, de género quasi “fordista”, cuja economia serve a racionalidade de um ordenamento visado e é, por isso, política.

Uma refundação que é institucional, que reconstrói todo um diferente espectro de poder, sim, que modifica as leis e a legalidade, mas que é em simultâneo reticular. Que penetra e transforma — modela— o sentido de orientação individual no mundo, que reorganiza as práticas sociais colectivas, como as intimidades e o valor dos valores; que modifica a participação e altera as sociabilidades políticas anteriores; que vem regravar noutros termos as convivalidades e regular de outras formas as relações. Que, em suma, reestrutura e apaga os registos anteriores da intimidade (“revolucionária”) e no seu lugar reescreve uma história e aponta uma trajectória diferente para os próprios corpos e olhares.

Tal como tentamos perspectivá-la, a problemática da “normalização” não remete para relações de “lei e de ordem”, mas para modalidades de “disciplina e controlo”. No plano das figuras da argumentação, enquanto as primeiras são conjugáveis politicamente sob o guarda-chuva retórico do “Estado de Direito Democrático”, as segundas operam, sem se anunciar, sobre o próprio corpo social, traçando as medidas não do interdito ou do autorizado, mas sobretudo do conveniente e do legítimo.

Na sua aparência, não se trata, politicamente, de um problema de governabilidade recuperada, mas de governamentalidade reinstituída. Não se trata de estabilizar um sistema, mas de o recriar, eliminando a labilidade e a entropia anteriores. Processo que implicou a supressão ou, pelo menos, a reciclagem de todo o projecto “revolucionário” ou de auto-imagem revolucionária. A reconstrução desse novo arco de poder, que não era já o de antes de Abril de 74, mas também não desejava ser aquele que lhe sucedera, essa operação política, económica, social, cultural, nacional e supranacional, reclamava estratégias discursivas e práticas comunicacionais capazes de a servir.

Entre elas avultava a marcação da ruptura entre o(s) passado(s) imediato(s) e o futuro desejável ou antes, entre esses passados e o futuro (“europeu”) tornado objecto de desejo, mais do que questão de opção, porque dessa maneira nunca ele se viu até hoje discutido pelo povo. E é na exclusão das vias indesejáveis para os novos poderes políticos na sociedade e tópicos no discurso que se joga o fundamental de uma discursividade radicalmente oposta à sua anterior, a qual, para assegurar a predominância, deveria garantir a periferização dos seus opostos.

Devemos, pois, examinar, como hipótese de trabalho, se o discurso sobre os comunistas se inseriu, ou não, neste vector central de articulação invisível, a cuja superfície vogavam todas as

³ Como comissário das celebrações dos 30 anos do 25 de Abril de 1974, o professor António Costa Pinto abriu o debate com o slogan de que Abril fora não uma “revolução”, mas sim “evolução”

conotações explicitadas em torno da “ditadura e da democracia”, “da “sovietização” ou da “Europa”, do “pluralismo ou do partido único” do “socialismo em liberdade” e da “social democracia ocidental” contra os projectos relacionados com uma putativa “democracia popular de Leste”, em esboço no Portugal de 74-75.

É neste quadro de estruturas opostas que se constrói, mais do que um discurso político, um espírito do tempo. Um novo espírito, para um novo tempo. Onde os comunistas cabem ou não cabem conforme se lhe adaptem ou permaneçam relapsos. A medida dessa adesão não sendo fornecida por qualquer inflexão discursiva do próprio Partido Comunista que, recorde-se, abandonara logo em 74 a formulação programática da “ditadura do proletariado” –uma nuance que se não capta praticamente nunca no discurso mediático de referência- sem, com isso, aceder a uma posição legitimada no jogo político, a não ser como contraponto, como oposto fugidio, vencido mas não convencido, cuja representação predominante, portanto, empurra mais para um 1917 desaparecido do que para uma qualquer possível transacção com um reformismo convertido.

Existe, verdadeiramente, algum tipo de “ameaça revolucionária bolchevique de 1917” no Partido Comunista dos anos 80 e 90 em Portugal? O facto de parecer tão despiciendo responder a tal pergunta torna mais interessante ainda a indagação dos reacendimentos cíclicos do discurso em torno da anti-democraticidade do PCP, nessas décadas. Em especial os relacionados com as dissensões e dissidências de meados de 80, primeiro, com a queda do Leste no final da década, em seguida e, novamente, com as vagas de dissidência nos anos 90 e já no século XXI. A que corpo pertencem os átomos em separação?, cumpre interrogar. Que pujança, que influência, que ameaça pode representar um partido sobre o qual, paradoxalmente, ao mesmo tempo que se continua a escrever intensamente, essa mesma escrita enfatiza a factualidade de uma entidade política liminarmente afastada do jogo do poder, em plena regressão eleitoral, em processo de envelhecimento sociológico da sua militância e em situação de crescente enclavização geográfica?

Que motiva esse discurso senão os princípios da investigação que, de tão persistente, acaba por encontrar aquilo que procura, ou o discurso que se constrói na justa e mesma medida do objecto sobre o qual enuncia? Por outras palavras, que “democracia” visa reificar-se pela reiteração da anti-democracia comunista?

Maquinaria discursiva em movimento parece, pois, esta, que aqui nos propomos estudar. Um programa mediático vertebrado por um vasto projecto político nas coordenadas que os tempos vão ditando e, desse modo, estrategicamente erguendo. Discurso mediático que se retroalimenta, que se constrói e reconstrói definindo, delimitando, reivindicando também, dessa forma, o seu próprio espaço de enunciação, o lugar social que lhe cabe no novo mundo que se estabiliza, no novo corpo social que, progressivamente, se regulariza, se “deslabiliza”.

Aqui, a hipótese dá como objecto para validação (ou não) o saber se a representação social do comunismo português pelos media de referência, não ocupou também, um lugar estratégico, objectivo, de construção social do campo dos media como lugar da democraticidade, nomeadamente através da vigilância permanente da não-democraticidade significada, em especial, no Partido Comunista.

Uma análise de 25 anos de produção jornalística de referência sobre a matéria pode, por um lado, indagar as coordenadas discursivas construídas pelo discurso mediático predominante sobre este controverso e hipnótico integrante/excrescente político da normalização pós-revolucionária, o PCP. E, por outro, fixar os termos de abordagem que, ao mesmo tempo que narram a existência de uma periferia (um partido supostamente à margem da História), definem e erigem a centralidade onde se movem e onde constroem os seus espaços de legitimação. Esta indagação é também, portanto, uma interpelação de algumas das grandes narrativas do Portugal do nosso tempo.

8. O objectivo chave de “normalidade”

Aquilo de que vimos falando não é outra coisa que não os “extremos exemplos de normalização a contracorrente do legado revolucionário” que circunstanciadamente Sousa Franco (1994:213 e segs.) enumera num dos seus artigos —tocando o período de 1976-1985) na obra “Portugal 20 anos de Democracia”. Um “clima” que Franco mais adiante caracteriza como “ao serviço da referida normalização” a qual, à época, Salgado Zenha resumiria numa só frase: ‘parar a revolução para fazer o Estado’.

Em “O Tempo Crítico”, Sousa Franco dá-nos alguns marcos desse dispositivo cujo sentido era “o de estabelecer um novo equilíbrio não tão desfavorável aos patrões e empresários”. Genericamente, “baixam os salários reais, instala-se o desemprego e proliferam os regimes precários de trabalho”. E, em maior detalhe, aprova-se, desde logo, em Outubro de 1976, o decreto 781/76 que instituiu “o regime tão discutido dos contratos a prazo”; em Julho de 77, pela lei 48/77 proibia-se o despedimento individual sem justa causa mas, em contrapartida, “simplificavam-se os processos de despedimento individual com justa causa e alargava-se o âmbito deste conceito”. No mês seguinte, a lei 57/77, de 5 de Agosto, tornava facultativo o pagamento de quotas sindicais até aí obrigatório, “fortemente favorável à CGTP-IN, privando esta de recursos financeiros”. Um campo onde “é evidente logo desde o 25 de Novembro a tentativa para limitar o poder de enquadramento da CGTP-IN, apontando pelo menos a médio prazo para a criação de uma alternativa que [...] não mais deixará de ser intensa até à criação da UGT”(Franco, *idbid*).

Não se interditou o sindicalismo opositor, mas descapitalizaram-se-lhe as estruturas e o próprio Estado impulsionou outras suas rivais, que deveriam concorrer (triumfantemente, aliás) no acesso ao discurso que as criava. O direito à greve ingressara no número dos “adquiridos jurídicos”, mas os possíveis grevistas haviam efectivamente passado a empregados eventuais, fórmula simétrica de desempregados potenciais.

O que António Sousa Franco nos narra nestas suas páginas é uma operação legislativa, claro, de controlo político, também, mas de produção de alternativas no terreno, (a conhecida criação da UGT que nestas páginas, aparece no quadro de uma operação de poder que, por dedução lógica, lhe negava, à partida, qualquer conteúdo de classe válido enquanto organização de corte sindical). A nova organização inscrevia-se assim nas modalidades produtivas de uma nova realidade sindical e laboral pelo conjunto legislativo, filiando-se directamente naquilo que Sousa Franco (1994:214) classifica como a “particular incidência das transformações contra-revolucionárias” e que teria como consequência a rapidíssima desmobilização sindical e desarticulação reivindicativa do mundo do trabalho com as consequências previsíveis em termos de docilização social.

Que existe de comum entre esta formidável produção de “normalização”, esta “particular incidência das transformações contra-revolucionárias” de 1976 em diante, e a coincidente zona que acolhe, na década de 30, a “revolução pacífica mas integral”, do salazarismo, em cujo discurso e práticas Moisés Martins (1990:62 e 177) encontrou a “verdadeira novidade”, isto é a “injunção ao silêncio” (Foucault) a “condenação a desaparecer” que o poder de então reservara a esse mundo potencialmente hostil das “associações de classe, partidos, sindicatos”? Claro que não se trata aqui de comparar Zenha e Salazar, mas, já agora, também este se encontrava à data desse exercício a para tudo e a erguer um Estado, título ,aliás, de uma das suas obras que, em meados dos anos 30 fez publicar em França: *Como se levanta um Estado*. Não se comparam homens. Mas não pode deixar de se indagar os limites da invariância de cada regime, para além da sua retórica, sempre que ele se atribui a tarefa de ordenar um mundo.

Deveremos, em nosso entender, na ciência, aceitar este tipo arriscado de convite para daí extrairmos as consequências que conseguirmos. Dizemo-lo deste modo, para ir resgatando as velhas e esquecidas palavras do perplexo ano de 33, em que Reich (1976 [1933-43]: 53) exortava a Ciência

Social a não cair num “cepticismo paralisante porque recuou perante as consequências das suas próprias descobertas”.

Produzir “normalização” pela prática e pelo discurso é pôr em marcha “uma tecnologia de normalização e de controlo das vidas e dos corpos isto é, um espaço de distribuição e de dispersão de valores, um sistema de normas” (Martins, op. cit.:22). Ensinava-nos, por outro lado Michel Foucault que norma é exercício (ver Foucault, 1977 [1976]139:164; Ewald, 1993:77-125, Martins, 1990: passim) e também Kelsen logo a abrir a sua *Théorie Générale de Normes* (1996 [1979]: 1-3) quando nos diz que a norma é um “mandamento, uma ordem, uma prescrição”, mas que a norma é mais do que isso. Ela também é “habilitar, permitir, ab-rogar”.

A norma pode ser de muito tipo. Mas no registo que nos interessa, gostaríamos de enfatizar a sobreposição foucaultiana do conceito de Norma ao de Direito, interessa-nos a construção de sentido, mais do que o dispositivo judicial; a norma a que nos referimos e que tentamos, numa fase ainda muito embrionária, conceptualizar diz respeito à produção de uma específica racionalidade, ou mais exactamente de um modelo racional, onde se acomodem “quadros de experiência” (na esteira de Goffmann) muito variados dentro um registo padronizado de invariância. A nossa norma deverá irromper, então, no lugar onde a lei já não precisa de aparecer.

A sua relação com o dispositivo jurídico, punitivo, pode até ter-se perdido de vista. Deleuze (1991) intuía agudamente o “marketing” como instituição de controlo social. E Melossi (1997:61) citando Cohen (1990) fala-nos dos nossos regimes como “democracias de consumo”, nas quais os principais centros de irradiação de padronização, “as indústrias de diversão e entretenimento tornaram-se [...] altamente centralizadas e alinhadas para que a produção e distribuição de produtos ideológicos pudesse integrar uma perspectiva hegemónica, pelo menos no que às massas diz respeito”.

Como grande modelo teríamos, então, o regime discursivo do marketing e da publicidade (Deleuze). Como estratégia, a “separação entre controlo político e controlo cultural” sem a qual “o sistema não seria credível [...] projectando uma sombra de suspeição sobre o trabalho, de outro modo rotinizado, de produção massiva de significações (Melossi, 1997: 65,66). E para uma observação das tácticas, dos procedimentos, parece-nos ser de seguir com atenção, entre outras referências clássicas para o assunto as pesquisas de van Leuween (2007:92) em torno do processo de legitimação, que estrutura em quatro categorias: “Autorização” por referência à autoridade da tradição [...] “Avaliação Moral” por referência aos sistemas de valores [...] “Racionalização” por referência ao conhecimento social com validade cognitiva e a “Mitopoiésis”, legitimação obtida através de narrativas cujas conclusões recompensam as acções legítimas e punem as não legítimas”.

Assim, a sugestão é de que a “normalidade” de um corpo sócio-político e histórico, a homeostase de um sistema, é o estado que sucede à produção de “norma” e de “normalização”, para além dos trabalhos do Direito, propriamente dito, e que se realiza por via do tempo, tanto quanto do sucesso das suas operações de legitimação. Recobrando as manobras fácticas da batalha, o ordenamento discursivo ocupa em todo este processo uma posição central. O regime de reprodução dessas formações discursivas (de combate) tende a ser tanto a estridência em fluxo das imensas coberturas de saturação, as “grandes estórias” na linha do que Hermann (1993 [1985]:216) chamou “campanhas de publicidade para políticas particulares”, como as “espirais de silêncio” (Noelle-Neumann) que inevitavelmente lhe correspondem.

Estamos, noutra registo, a falar também de uma geometria do estereótipo, no sentido da observação de Dufays (1994: 34-35): “Se a cada nível, a estereotopia mais óbvia é aquela que afecta o eixo sintagmático (sintagmas e frases fixados, associações convenientes de ‘funções’ e ‘figuras’ discursivas com máximas ideológicas) o fenómeno dos “agregados de significantes” surge como igualmente prenante no plano paradigmático (cf. Laroche, 1978): a maior parte das palavras, das

unidades discursivas e das asserções predicativas pertencem a um ou alguns 'sotcks' de unidades do mesmo tipo, no seio das quais a escolha é, com frequência, muito limitada. Essas reservas paradigmáticas são constituídas pelos micro-léxicos de todos as sortes (léxico do medo, da moda, da navegação), pelos paradigmas éticos (como a oposição Bem/Mal), e lógicos (oposição vida/morte), e pelos paradigmas narrativos (por exemplo o da [...] 'consagração do herói') e discursivos (como o conjunto de *topoi* que podem constituir-se como o exórdio de um texto argumentativo)".

É, pois, deste feixe muito diverso de saberes e dessas estratégias sucessivas de disputa e ocupação dos espaços do discurso e da racionalidade, dessa ocupação pela "normalidade" da capilaridade das existências para produzir um sentido de conjunto, que visamos ocupar-nos, no respeitante ao nosso objecto de estudo. Sabendo bem quão grata e ingrata pode ser a tarefa de dissecar as imaterialidades da vida social, mister de qualquer análise dos discursos, dos sistemas de ideias, de crenças, de leis e normas ou, pior ainda, dos destinos da cultura. Tarefa grata e ingrata, ainda que salvaguardada por uma carta de objectivos —como a aqui almejada— infinitamente mais modestos do que os enunciados pelos velhos programas da descoberta de leis universalmente válidas que tão longamente enlaçou a física social de mil e oitocentos e posterior, nessa sua peculiar sorte de conúbio de universais entre ética kantiana e epistemologia positivista.

Referências

- Barber (1972 [1971]) *Superman and Common Men – Freedom, Anarchy and Revolution*, Middlesex, Penguin Books
- Bergalli, Roberto e Sumner, Colin (eds.) (1997), *Social Control and Political Order – European Perspectives at the End of the Century*, Londres, Sage
- Bragança de Miranda, José A. (1997). *Política e Modernidade — Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Lisboa, Ed. Colibri
- Bragança de Miranda, José A. e Silveira, Joel Frederico (orgs.) (2002), *As ciências da comunicação na viragem do século*, Lisboa, Ed. Vega
- Bronowski, J. e Mazlish, Bruce (1988 [1960]). *A Tradição Intelectual do Ocidente*. Lisboa, Edições 70
- Brzezinski, Zbigniew (1992), "The Cold War and its Aftermath", *Foreign Affairs* Vol 71 nº 4, Outono. Versão em linha <http://www.foreignaffairs-esp.org/19920101faenespessay4747/zbigniew-brzezinski/la-guerra-fria-y-sus-resultados.html>
- Castoriadis, Cornelius (1998 [1996]). *A Ascensão da Insignificância*, Lisboa, Ed. Bizâncio
- Castoriadis, Cornelius (2000 [1999]), *Figuras do Pensável – As encruzilhadas do labirinto*, Lisboa, Edições Piaget,
- Chomsky, Noam (1989). *Necessary Illusions —Thought control in democratic societies*, Londres, Pluto Press
- Crozier, Michel, Huntington, Samuel P. e Watanuki, Joji (1975), *The Crisis of Democracy – Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, Nova Iorque, New York University Press
- Cunhal, Álvaro (1985). *O Partido com paredes de vidro*, Lisboa, Ed. Avante
- Cunhal, Álvaro (2001), "As seis características fundamentais de um Partido Comunista", Fundação Rodney Arismendi, Montevideo, 13 a 15 de Setembro http://resistir.info/portugal/seis_caracteristicas.html
- Deleuze, Gilles (1991), "¿Posdata sobre las sociedades de control?", in Ferrer, Christian, (Comp.) (1991) e também em linha em http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=94

- Dufays, Jean-Louis (1994), *Stéréotype et lecture*, Liège, Mardaga
- Egnell, Erik e Peissik, Michel (1975 [1974]), *A empresa na União Soviética*, Lisboa, PEA
- Ewald, François (1993). *Foucault, a Norma e o Direito*, Lisboa, Comunicação & Linguagens, Vega
- Ferrer, Christian (Comp.) (1991). *El lenguaje literario*, Tomo 2, Montevideo, Ed. Nordan
- Figueiras Rita (2002: 809), “Os opinion makers na imprensa portuguesa”, Bragança de Miranda, José A. e Silveira, Joel Frederico,(orgs.) (2002)
- Foucault, Michel (1977 [1976]). *História da Sexualidade I — A vontade de saber*, Lisboa, Edições António Ramos
- Franco, Sousa (1994). “O tempo crítico (1976-1985), in Reis (coord.) (1990), pp.206-257
- Furet, François(2006) “Democracia y comunismo: El fin de la utopía”, Instituto de Ciencias, Artes y Literatura Alejandro lipschütz
<http://www.icalquinta.cl/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1258>
- Herman, Edward S. (1993 [1985]), “A diversidade das notícias”: ‘marginalizando’ a oposição”, in Traquina (org.) (1993) pp.214-223
- Hobsbawm, Eric (1990 [1987]), *A Era do Império (1875-1914)*, Lisboa, Ed. Presença
- Huntington, Samuel P. (1975) “The Crisis of Democracy. United States” in Crozier et al. (1975) pp.59-113
- Kelsen, Hans (1996 [1979]). *Théorie générale des normes*, Paris, PUF
- Martins, Moisés de Lemos (1990), *O Olho de Deus no discurso salazarista*, Porto Afrontamento
- Martins, Moisés de Lemos (1996), *Para uma inversa navegação – o discurso da Identidade*, Porto, Afrontamento
- Melossi, Dario (1997) “State and social control à la Fin de Siècle: from the new world to the Constitution of the New Europe” in Bergalli, Roberto e Sumner, Colin —eds.— (1997)pp. 53-74
- Merleau-Ponty, Maurice (1968 [1947]), *Humanismo e Terror – Ensaio sobre o problema comunista*, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro
- Reich, Wilhelm (1976 [1933-43]), *Psicologia de Massas do Fascismo*, Lisboa, D. Quixote
- Reis, António (coord.) (1994) *Portugal, 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Sader, Emir (sd). “Capitalismo contra democracia”, em linha
<http://www.antroposmoderno.com/textos/Capitalismo.shtml>
- Santos, Boaventura de Sousa (1998). *Reinventar a democracia*, Lisboa, Fund.Mário Soares, Gradiva
- Tocqueville, Alexis de (sd 1835-1840). *A democracia na América – Livro 1 e 2*, Lisboa, Estúdios Cor
- Traquina, Nelson (org.) (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Lisboa, Comunicação e Linguagens, Vega
- Van Leeuwen, Theo (2007), “Legitimation in discourse and communication”, in *Discourse & Communication*, 2007, 1; Londres, Sage, pp. 91-112

Estudante de doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, sob orientação do professor Moisés de Lemos Martins